Dividido, STF julga poder de fiscalização do CNJ

Cinco ministros acham que conselho pode agir antes das corregedorias, e cinco são contra. Um voto é desconhecido

Carolina Brígido
carolina@bsb.oglobo.com.br

● BRASÍLIA. Na primeira sessão do ano, marcada para hoje, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve definir se o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode ou não ser o primeiro a investigar os desvios de conduta de juízes. Em dezembro, o ministro Marco Aurélio Mello deu liminar declarando que a tarefa é das corregedorias dos tribunais nos estados. O CNJ só poderia agir em caso de omissão. A Corte está dividida: cinco ministros devem apoiar o relator, e outros cinco estão do lado oposto. Não é conhecida a posição da nova ministra, Rosa Maria Weber, que participará hoje da primeira sessão no tribunal.

Antes da liminar de Marco Aurélio, o CNJ vinha investigando casos de corrupção na magistratura sem a necessidade de aguardar decisões dos tribunais locais. Com a liminar, as investigações foram suspensas até a decisão definitiva do plenário. Marco Aurélio disse que preparou um voto na mesma linha da liminar. Ele não fixará um prazo para que as corregedorias dos tribunais concluam as investigações antes que o CNJ esteja liberado para atuar nos casos:

— Eu acho que fica até difícil fixar o prazo. Terá de ser definido caso a caso, ante a complexidade do processo administrativo. Verificada inércia, procrastinação ou havendo sinais de que o colegiado não detém independência para o julgamento, o CNJ pode seguir com a remessa do processo — afirmou. — Ninguém é contra a atuação do CNJ. Não podemos conceber que ocorram, simultaneamente, dois processos administrativos, um na origem e outro no CNJ. O conselho é um só. Há 90 corregedorias. Será que ele fará bem as vezes das 90 corregedorias?

O ministro negou que sua posição seja uma forma de proteger juízes corruptos:

— Se está passando à sociedade que tudo ocorre a partir do corporativismo, não é isso. Quando imaginarmos que ministro do Supremo atua visando a proteger semelhantes, estaremos muito mal.

A expectativa é de que votem com Marco Aurélio o presidente da Corte, Cezar Peluso, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Luiz Fux. Outros cinco ministros acreditam que o CNJ pode agir mesmo que as corregedorias locais estejam atuando no caso: Gilmar Mendes, José Antônio Dias Toffoli, Carlos Ayres Britto, Cármen Lúcia e Joaquim Barbosa. ■

O GLOBO NA INTERNET
VÍDEO Eliana Calmon chama AMB de mentirosa. Relembre.
oglobo.com.br/opais

André Coelho

NELSON JOBIM discursa durante ato na OAB: "Não estão lá (os juízes) para mandar. Estão lá para servir"

Denúncia contra Calmon arquivada

Juízes acusavam corregedora de quebra de sigilos e de vazar dados à imprensa

Jailton de Carvalho
jailtonc@bsb.oglobo.com.br

● BRASÍLIA. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, arquivou ontem representação que pedia abertura de investigação contra a corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon. No dia 23 de dezembro, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) acusaram a ministra de quebra ilegal de sigilo de juízes e servidores, e de ter vazado esses dados para a imprensa. No despacho, o procurador afirma que "não há nos autos elementos, mesmo indiciários, que amparem a assertiva de que tal divulgação (dos dados à imprensa) seria de responsabilidade da Corregedoria Nacional (do CNJ)". Isso porque, segundo ele, os dados do Coaf não são acompanhados da identificação dos magistrados e servidores.

Em ato promovido ontem pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o ex-presidente do STF Nelson Jobim defendeu a manutenção dos poderes do CNJ de investigar magistrados, independentemente de processos das corregedorias dos tribunais estaduais. Mais de 300 advogados, políticos e líderes de entidades de classe lotaram o plenário da sede da OAB para pedir a preservação das atribuições do CNJ.

— Todos somos servidores da Nação e, portanto, do povo brasileiro. Não estão lá (os juízes) para mandar. Estão lá para servir. E é por isso que têm que prestar contas — disse Nelson Jobim.

O ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, também presente ao ato, disse que as investigações do CNJ são importantes para a credibilidade do Judiciário.

— Que o STF não desmereça a Justiça e seu povo — afirmou e Miguel Reale Júnior. ■

TJ-SP apura pagamentos milionários

Tatiana Farah
tatiana.farah@sp.oglobo.com.br

● SÃO PAULO. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) começa a julgar na próxima quarta-feira os casos de 29 magistrados que, entre 2006 e 2010, receberam pagamentos milionários sem registro nos contracheques. Em pelo menos dois casos, os vencimentos foram superiores a R$ 1 milhão. Em outros três, ficaram entre R$ 400 mil e R$ 700 mil.

De acordo com o tribunal, os pagamentos por fora são referentes a benefícios devidos aos desembargadores, como auxílio-moradia e reajustes atrasados. No entanto, Ivan Sartori, presidente do Tribunal de Justiça de SP, quer apurar por que esses pagamentos foram feitos sem registro no contracheque e por que esses magistrados receberam antes dos demais. A Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça de SP (ASSETJ) estimou em R$ 29 milhões o valor pago pelo TJ, mas o tribunal descartou a informação.

— Temos a clareza de saber que isso (o pagamento fora do contracheque) só foi feito para evitar o teto (de R$ 26,7 mil) e determinados descontos de imposto de renda — afirmou o presidente da ASSETJ, José Gozze, em entrevista ao GLOBO.

OPINIÃO

COMO DEMONSTRADO

● ESCANDALOSO O desaparecimento de mais de 5 mil equipamentos de informática doados pelo Conselho Nacional de Justiça a tribunais. Merece, é claro, investigação séria.

FICA MAIS uma vez justificada a existência do CNJ como órgão de supervisão administrativa da Justiça.

Brasiguaios reforçam segurança contra sem-terra

Tensão entre fazendeiros brasileiros e agricultores do Paraguai aumenta, e possibilidade de conflito é iminente

Flávio Freire
flavio@sp.oglobo.com.br

● SÃO PAULO. A pressão dos sem-terra do Paraguai para expulsar os brasiguaios, como são chamados os brasileiros que vivem naquele país, levou os empresários rurais brasileiros a reforçar a segurança de suas terras nos últimos dias, com a contratação de homens armados. Atualmente, 10 mil famílias de sem-terra estão acampadas em Ñacunday, região onde Tranquilo Favero, o fazendeiro paranaense naturalizado paraguaio, produz grãos e cria gado. A situação criou um clima de tensão nos departamentos daquele país, principalmente no Alto Paraná, onde vivem 300 mil brasileiros, que dizem estar prontos para um enfrentamento.

— Estamos nos cuidando, não vamos deixar que esses baderneiros atrapalhem nossa vida — disse Favero, ontem, por telefone, ao GLOBO.

Aos 74 anos de idade e há 42 anos vivendo no Paraguai, onde se naturalizou em 1990, Favero diz que teme uma possível invasão, mas acredita que o governo deve reforçar o número de policiais nos acampamentos. Atualmente, cerca de 500 homens foram designados pelo governo para fazer a segurança em Ñacunday. O clima pode esquentar nos próximos dias, quando mais 20 mil famílias de sem-terra devem chegar ao acampamento para se juntar ao grupo, segundo lideranças dos sem-terra.

— Estamos aqui para reivindicar o que é do povo paraguaio por direito. O Favero comprou terras fiscais, que são do Estado, não poderiam ser vendidas a estrangeiros. Mais 20 mil famílias vão chegar nos próximos dias e estamos prontos, se for preciso, para tomar (invadir) a qualquer momento — disse ao GLOBO o líder dos sem-terra, Victoriano Lopez Cardoso.

Favero alega que não comprou terras fiscais e que nos últimos 40 anos investiu US$ 50 milhões no país:

— É por causa de brasileiros que estão aqui que o PIB do Paraguai foi o segundo que mais cresceu em 2010. O problema é que estamos lidando com bandidos (lideranças dos sem-terra) que não têm nada a perder.

Membro de uma família que há anos produz soja na cidade paraguaia de Santa Rita, na região do Alto Paraná, Fernando Alonso, de 36 anos, disse ontem que os chamados brasiguaios já voltaram a reforçar a segurança de suas terras por conta da tensa negociação entre os sem terra e os agricultores brasileiros em Ñacunday.

— Os sem-terra sempre estão de olho em recuperar algo que eles mesmo abandonaram — disse Fernando, colocando lenha na disputa que ganha proporções cada vez maiores.

Na segunda-feira, a direção dos sem-terra em Ñacunday encaminhou documento à Presidência do Paraguai pedindo a devolução, por parte dos brasileiros, de 167.978 hectares de terra. Na nota, alertaram para a possibilidade de "enfrentamento, inclusive morte, entre acampados e produtores de soja". ■